



**Como Sta. Maria do Garbe ou do  
Ocidente passou a chamar-se Sta  
Maria de Faaron, durante o domínio  
árabe, e sua reconquista e integração  
no Reino de Portugal**

Proveniência incerta

## COMO ST.ª MARIA DO GARBE OU DO OCIDENTE PASSOU A CHAMAR-SE ST.ª MARIA DE FAARON, DURANTE O DOMÍNIO ÁRABE, E SUA RECONQUISTA E INTEGRAÇÃO NO REINO DE PORTUGAL

Esta povoação, sendo praça forte em pleno domínio árabe, apesar da nova ordem religiosa estabelecida, manteve, ainda, uma elevada tradição cristã neste período, pois, é designada por St.ª Maria do Garbe ou do Ocidente, onde os cristãos vinham em peregrinação venerar a imagem de St.ª Maria, cuja lenda lhe atribua os mais sensacionais milagres, ao ponto de Afonso X de Castela, o Rei Sábio, lhe dedicar, também, uma das suas cantigas musicadas, em que enaltece os seus milagres e lhe confere grandes louvores, conhecidas por «Cantigas de St.ª Maria».

A Espanha muçulmana tornou-se independente do resto do Império Árabe em 756, instituindo-se em califado com «Adder-ramão I», que fez de Córdova a sua capital.

Os domínios do novo califado foram pouco a pouco entrando na posse dos cristãos apostados em conquistá-los, até que, no início do Séc. XI, já bastante diminuídos, surgiram fortes dissenções internas originadas pelo afrouxamento da autoridade dos califas, o que fez com que os valis, seus dependentes, se revoltassem.

Nestas condições, o vali de Sevilha na mira de uma boa

oportunidade para se apoderar do califado, faz-se passar, insidiosamente, por partidário do califa contra os amotinados e prepara-lhe uma cilada onde este último é morto em 1206, tentando, seguidamente, unificar o desorganizado califado sob a sua égide, o que, todavia, não logrou realizar, formando-se a partir de aí vários principados independentes denominados «Taifas», que significa em árabe «partidos», tendo à frente, então, os valis como régulos.

Desta forma, em 1040 o estabelecimento dos reinos de taifas em todo o califado de Córdoba era uma realidade, sendo em terras de Espanha constituídos por Toledo, Badajoz, Sevilha, Málaga e Valência, e em Portugal por Mértola, Silves e St.<sup>a</sup> Maria do Garbe.

O principado de St.<sup>a</sup> Maria teve, de início, como régulo, «Ahmede Ibne Saide», ao qual sucedeu seu genro «SAIDE IBNE HARUNE», que governou a taifa até 1043, data em que faleceu e lhe sucedeu seu filho «Mohamede Almotacene».

O principado de Sevilha, pelo facto de ser o mais poderoso no ocidente muçulmano, foi pouco a pouco estendendo o seu domínio às taifas vizinhas, submetendo Mértola em 1044, Silves em 1051 e St.<sup>a</sup> Maria em 1052.

Com a queda do principado de St.<sup>a</sup> Maria extinguiu-se, também, a dinastia «Harune», a qual, apesar de ter tido uma curta duração, segundo a opinião mais corrente, originou que St.<sup>a</sup> Maria se apelidasse de «Harune», que se transformou com o decorrer dos tempos em «Faaron» e, finalmente, em «Faro», como é conhecida, não obstante a que, haja ainda quem sustente que o actual topónimo derive do facto de aqui ter existido um farol, que assinalava a entrada do porto de Ossónoba. Quanto a nós, ambas as versões têm o seu quê de verosimilhança, sendo, no entanto, de referir que a designação de St.<sup>a</sup> Maria por St.<sup>a</sup> Maria de Faaron remonta ao período sarraceno, denominação esta que se mantém, após a reconquista durante bastante tempo, passando, por último, a ser conhecida por Faro.

Um dos acontecimentos ocorridos em Faro, que para nós tem singular importância é, sem dúvida, como passou do domínio muçulmano à suserania dos reis portugueses.

Para melhor se situar este facto no contexto da reconquista nacional, convém lembrar que, instituído o reino de Portugal por Afonso Henriques em 1140, a partir do Condado Português, o qual se confinava, aproximadamente, entre o rio Minho e Mondego, de seguida, este esforçado monarca conseguiu alargá-lo para além do Tejo, muito embora no fim do seu reinado

uma grande parte do Alentejo e todo o Algarve estivessem ainda em poder dos muçulmanos.

O seu sucessor, D. Sancho I, obedecendo talvez a um novo plano de estratégia militar e pretendendo, por este facto, estabelecer uma nova frente de operações, ataca e submete, com auxílio dos cruzados, Silves em 1189, que constituía, ao tempo, o principal baluarte do domínio sarraceno no extremo ocidental da Península, e, com ele, são tomados, também, Lagos, Portimão, Monchique, Paderne e Albufeira.

Em presença de semelhante sucesso, pensaram mesmo em levar tal proeza mais além, conquistando, também, Faro, o que na realidade não se efectivou devido, exclusivamente, à obstinada recusa dos cruzados em prosseguir nesse empreendimento, sendo, no entanto, de referir que a posse das terras conquistadas foi bastante efémera, pois, passados apenas dois anos, todas elas caíram, novamente, na mão dos sarracenos.

A reconquista do Algarve só foi reiniciada decorridos mais cinquenta anos, no reinado de D. Sancho II, mas, desta vez devidamente apoiada na posse efectiva dos castelos limítrofes do Baixo-Alentejo e não apenas como acomotimento isolado no interior do domínio muçulmano. Desta forma, D. Paio Peres Correia, Comendador em Portugal da Ordem Militar Castelhana de S. Tiago, que tinha sido já o principal promotor das conquistas do Baixo-Alentejo, tomou Cacela e Aiamonte em 1240, Tavira em 1242 e, ainda, nesse mesmo ano, Silves.

A continuação da conquista do Algarve foi entretanto suspensa devido às lutas pelo poder travadas entre o Rei D. Sancho II e seu irmão D. Afonso, duque de Bolonha, que tiveram como desfecho a deposição de D. Sancho, que se exilou em Toledo e morreu no ano seguinte em 1243, subindo ao trono, por sua vez, D. Afonso III.

O novo monarca apressa-se em recomeçar a inacabada reconquista do Algarve, continuando, todavia, a ser coadjuvado pelo intrépido cavaleiro D. Paio Peres Correia, ao tempo já Mestre da Ordem de S. Tiago, e não apenas Comendador da referida Ordem em Portugal, sendo, então, tomado Faro em 1249, e de 1250 a 1252 concluída toda a conquista do Algarve, ficando desde então Portugal com uma linha de fronteira muito semelhante à que hoje possui.

A posse das terras algarvias, por parte de Portugal, e acabadas de conquistar, não foi, porém, assunto definitivamente arrumado, porquanto, logo em 1253 Afonso X de Castela se

julgou com direito de possuí-las, invadindo o Algarve por Alcoutim e vindo pôr cerco a Tavira.

Só não a tomou e não estendeu a campanha às restantes terras do Algarve, porque entretanto outras questões mais importantes na administração do seu reino o impediram, não deixando contudo, para levantar o cerco a Tavira, de impor a Afonso III um acordo, pelo qual o rei português se comprometia a casar com a sua filha natural D. Brites, a fornecer-lhe cinquenta lanças quando delas necessitasse, sendo-lhe, também, reservado o usufruto de todas as terras algarvias.

Não se sabe ao certo qual a razão alegada por Afonso X em tal pretensão, podendo-se, todavia, cojecturar que talvez se fundamentasse em concessões feitas a Castela por D. Sancho II, quando lhe pediu auxílio na luta contra o irmão ou que, tendo grande parte dos castelos do Algarve sido tomados com a intervenção directa de D. Paio Peres Correia, primeiro na qualidade de Comendador em Portugal e por fim como Mestre de toda a Ordem Castelhana de S. Tiago, a quem os reis portugueses como recompensa fizeram várias doações, o rei de Castela se arrogasse no direito de administrar esses bens, ou ainda que fosse movido, simplesmente, pela incontida cobiça de incorporar nos seus domínios as terras férteis do Algarve, que tão flagrante contraste faziam, ao tempo, com a zona semi-desértica e erma de além Guadiana, que por infortúnio tinha apenas calhado a Castela na reconquista.

O rei de Castela, em conformidade com o acordo que impôs ao de Portugal, indicou os administradores dos castelos algarvios e nomeou, também, o bispo de Silves, D. Roberto da Ordem dos Pregadores, pelo que se apresentou este último em Lisboa com o fim de D. Afonso III confirmar a sua nomeação. Então o rei, insurgindo-se contra tal propósito, que considerou destituído de qualquer legalidade, reuniu os principais prelados das dioceses portuguesas e, na presença do próprio D. Roberto, mandou lavrar um protesto fundamentado no facto de que o rei de Castela não tinha o direito de nomear bispo para Silves, uma vez que era apenas usufrutuário e não detentor de plena posse das terras do Algarve. Não se sabe, no entanto, qual tenha sido o destino que o referido bispo teve, sendo simplesmente de referir que não consta que tenha exercido qualquer poder no Algarve.

Manteve-se por alguns anos esta situação de dependência das terras do Algarve em relação a Castela, e que, em princípio, se afigurava como facto consumado, pois, Castela era, ao tem-

po, o maior e o mais poderoso reino cristão peninsular, contra o qual o pequeno Portugal, dificilmente, se poderia opor.

Entretanto, em 1266, os mouros de Espanha e África prepararam-se para empreender uma grande ofensiva contra os domínios de Afonso X. Este, tendo conhecimento prévio do facto, pede auxílio ao genro, Afonso III, que prontamente lhe envia todos os reforços possíveis por terra e por mar e, de tal forma que, uma vez concretizado o ataque, as hostes mouras foram, facilmente, rechaçadas, devendo-se tal sucesso, em parte, ao socorro imediato prestado pelo rei de Portugal.

Semelhante atitude de D. Afonso III afastou bastante as dissensões havidas entre ele e o sogro, as quais foram de pronto, completamente, dissipadas, quando, a seguir, o infante D. Dinis, com apenas sete anos, visitou o avô em Sevilha, a quem Afonso X muito, desde logo, se afeiçoou, armando-o cavaleiro e, abdicando em seu favor e dos portugueses, a reserva usufrutuária que mantinha das terras do Algarve.

No ano seguinte, em 1267, Afonso X, com o propósito de complementar a cedência que tinha feito em Sevilha, dirige uma carta ao mordomo de D. Afonso III, D. João de Aboim e a seu filho Pedro Anes, que tinham ficado penhorados em garantir o cumprimento do acordo, por ele imposto, desobrigando-os do compromisso de honra assumido e, mandando, também, entregar ao rei de Portugal, livres de quaisquer encargos para com Castela, todas as terras do Algarve, nomeando, designadamente, as principais: Tavira, Loulé, Paderne, Silves, Aljezur e St.ª Maria de Faaron.

Contudo, a oficialização deste acto de renúncia, por parte de Castela, só teve lugar em 1297, com o tratado de Alcanizes celebrado entre Fernando IV de Castela e o nosso rei D. Dinis, onde se reconhece a posse efectiva de Portugal, não só das terras que constituem, actualmente, o Algarve, mas, também, de outras além Guadiana, tais como: Aiamonte, Arouche e Aracena.

## **EXITOS E INSUCESSOS OCORRIDOS EM FARO, ATÉ SE GUINDAR A CAPITAL DO ALGARVE**

Uma vez chegados à integração definitiva de Faro no reino de Portugal em 1297 pelo tratado de Alcanizes, resta-nos referir, muito sumariamente, como complemento do que nos propusemos tratar, alguns acontecimentos de maior relevo aqui ocorridos, desde quando era apenas uma povoação de média importância do domínio árabe no Algarve, até que se impôs como capital da Província, nos últimos tempos:

### **— OUTORGA DO FORAL**

Logo em 1266, assim que Afonso X de Castela abdicou, a favor do neto D. Dinis e dos portugueses, o usufruto das terras do Algarve, Afonso III, com o fim de atender ao repovoamento e desenvolvimento urbano da vila de Faro, concede-lhe foral, carta régia pela qual se instituíam a forma de se administrar, lançar impostos e usufruir outros privilégios atinentes ao seu progresso.

É ainda com o objectivo de promover o desenvolvimento demográfico da Vila, que tinha ficado muito desfalcado em população após a reconquista, que este monarca, em 1269, dá foral aos mouros forros, que em Faro ficaram residindo, para, desta forma, melhor consolidar a sua fixação a esta terra;

## — ASCENSÃO AO TÍTULO DE CIDADE

Desde então, mercê de sucessivas prerrogativas concedidas por outros monarcas, da situação geográfica privilegiada que ocupa e do bom porto que possuía, o qual lhe permitia escoar para a exportação uma grande parte dos produtos do interlande algarvio e tornar-se o principal centro piscatório do Sul, Faro vai sempre crescendo em população e tamanho, ao ponto de D. João III, reconhecendo a grandeza desta vila, a elevar à categoria de cidade, em 1540:

## — ELEVAÇÃO A SEDE DO EPISCOPADO DO ALGARVE

Uma vez tomada a cidade de Silves aos mouros por D. Sancho I, em 1189, conjuntamente com todas as terras do Barlavento algarvio, como sejam Terça-Naval, Lagos, Alvor, Portimão, Monchique, Montagudo, Carvoeiro, Paderne e Albufeira e, sendo Silves a principal praça forte do Algarve, achou por bem o Rei elevá-la a sede do Episcopado, mandando para o efeito sagrar a mesquita maior dos mouros, que elevou a Catedral, e nomeou para seu bispo D. Nicolau, então cónego de Santa Cruz de Coimbra.

Estava assim instituída a Diocese do Algarve, tendo por sua vez a Sé lugar em Silves, o que não foi, porém, sol de muita dura, porquanto, logo em 1191 todas as terras algarvias, incluindo Silves, tinham caído novamente em poder dos mouros, extinguindo-se, por esta forma, a Diocese recentemente criada, situação esta que se mantém, não só até à reconquista definitiva do Algarve por D. Afonso III, em 1252, mas ainda, até quando Afonso X de Castela, no período em que foi detentor do usufruto das terras algarvias, reinstaurou a igreja episcopal em Silves, e nomeou para seu bispo D. Roberto da Ordem dos Pregadores, em 1254.

Com a nomeação de D. Roberto para bispo do Algarve, a Sé de Silves ficou sufragânea de Sevilha, situação que se manteve até ao reinado de D. João I, quando o Cardeal foi elevado ao grau de Metropolitano, passando a referida Sé de Silves a estar subordinada a Lisboa.

A cidade de Silves foi, no domínio árabe e à escala do seu tempo, grande empório comercial, cidade rica e opulenta e destacável centro intelectual com as suas academias de Filosofia e Retórica, tornando-se digna, por todas estas condições, de

ter sido elevada, neste período, a capital do 'Reino do Algarve, lugar que continuou, também, a assumir após a reconquista, sendo ali estabelecidas as residências das principais autoridades na administração do Algarve, como sejam, a eclesiástica e a militar.

Contudo, decorridos apenas aproximadamente cem anos, todo o seu esplendor se apagou, devido a sucessivas catástrofes que sobre ela se abateram, pois a «Peste Negra», em 1348, deixou Silves quase despovoada, e o tremor de terra de 1356 completou a sua total ruína, ao ponto do comércio, que até aí tinha sido o mais florescente e rico do sul do País, se ter de todo extinguido.

Uma tão aflitiva situação para a Capital do Reino do Algarve levou D. Fernando, tendo-lhe sido implorado por uma representação de homens-bons do respectivo concelho enviada às Cortes de Leiria de 1372, a tomar medidas convenientes ao seu repovoamento, reconstrução das suas muralhas e reforço militar. Socorro este que não conseguiu, todavia, obstar a que a sua decadência continuasse a processar-se a um ritmo sempre crescente, aparecendo, agora, como factor principal, o agravamento da navegabilidade do rio, motivado pelo seu assoreamento, que dificultava o tráfego comercial.

Assim se foi degradando Silves, mantendo-se, contudo, à cabeça da Diocese ainda por muito tempo, mais por tradição do que por mérito próprio, até que, tendo já o Governador Militar do Algarve passado a residir em Lagos, no tempo de D. Fernando, é agora a vez do Bispo D. Manuel de Sousa, em 1538, no reinado de D. João III, solicitar a transferência da Sé para Faro.

Fundamentou, então, o Prelado a sua petição, no facto de Silves ser muito doentio em especial no verão, quando as águas do rio estagnavam nas margens dando lugar a mortíferas sezões e, por se encontrar, também, muitíssimo despovoado, não sendo os seus habitantes, nessa altura, mais de cento e quarenta e na grande maioria pobres, ao passo que Faro ia ser elevada a cidade, possuía boas condições de salubridade e tinha um bellissimo porto por onde se fazia avultado comércio, qualidades estas que a tinham feito crescer em população e riqueza.

Atendeu o Papa Paulo III ao pedido do Bispo, e expediu uma bula, em 1539, pela qual autorizava a transferência da Sé de Silves para Faro, o que não foi, no entanto, posta em execução, devido à forte oposição movida pela Câmara e pelo Cabido, que interpuseram recurso, e cuja decisão favorável à passagem da

Sé para Faro só foi dada pela Santa Sé muito mais tarde, em 1577, no reinado de D. Sebastião, sendo bispo D. Jerónimo Osório.

Transferida nesta data a Sé para Faro, passou o respectivo Cabido e o Bispo aqui a residirem, primitivamente, no Largo, ainda, hoje conhecido por «Terreiro do Bispo», e sendo-lhe dada para Catedral a igreja de Santa Maria, actual Sé, que à data pertencia à Ordem de S. Tiago onde estava a colegiada da referida Ordem, que a cedeu, trocando com a Igreja de S. Pedro, a qual, por sua vez, era pertença da Confraria dos Marítimos de Faro, denominada «Casa do Corpo Santo» ou «Compromisso Marítimo».

Nestas circunstâncias foi instalada definitivamente a sede do Bispado de todo o Algarve em Faro, situação esta que se manteve até aos nossos dias, não obstante a que, em 1773, sendo Bispo D. Frei Lourenço de Santa Maria, o Marquês de Pombal não procure dividir o Bispado em dois, um com sede em Portimão e o outro em Faro, com o único fim de enfraquecer o poder eclesiástico, e seguindo o lema de dividir par agovernar. Entretanto, em 1777, morre D. José, o Marquês de Pombal é imediatamente destituído de Ministro de Estado e, como até aí a divisão ainda não tinha sido homologado pela Santa Sé, volta tudo à primitiva forma com um único Bispado no Algarve, tendo, por sede, Faro.

#### — INCÊNDIO DE 1596

Faro ao longo da sua existência não contou só com sucessos, como é óbvio, e de entre os infortúnios, que sobre ela se abateram e que maior influência tiveram no impedimento do seu progresso, foi, sem dúvida, o incêndio de 1596.

Portugal encontrava-se nessa altura sob o domínio espanhol, e estando por sua vez a Espanha em guerra com a Inglaterra deu origem a que, vindo o conde de Essex de regresso de uma incursão a Cadiz resolvesse atacar Faro, não certamente para tomar a cidade, mas simplesmente para a saquear.

Desembarca com 3 000 homens no pequeno porto de Farobilhas, a oeste de Faro, actual Ludo, e marcha sobre a cobijada presa, que encontra deserta, pois os habitantes e o próprio bispo, D. Fernando Martins Mascarenhas, apercebendo-se do grande perigo que corriam, tinham abandonado a cidade, refugiando-se o bispo, ao que se sabe, em Loulé.

Instalou-se o conde no Paço Episcopal, de que fez seu Quartel General e, durante dois dias, saqueou a cidade e os arredores até S. Brás sem encontrar qualquer resistência, apoderando-se de todos os melhores valores que estiveram à mão, entre os quais figura a biblioteca pertencente ao bispo, que se encontra actualmente em Oxford.

Por fim, pressentindo que as forças militares de Tavira e Loulé se preparavam para o atacar e, conseqüentemente, o desalojar, resolve retirar-se, sem contudo não deixar de mandar dar fogo à cidade, de cujo incêndio só consta terem escapado as igrejas da Misericórdia e S. Pedro, o que revela bem a enorme proporção, que teria atingido, e o estado, verdadeiramente, caótico, a que reduziu a cidade.

Todos os cartórios e arquivos, onde se encontravam inestimáveis documentos, que bem melhor nos ajudariam, hoje, a conhecer a história da cidade e até mesmo da província, foram inexoravelmente tragados pelo fogo, assim como foram, também, destruídos bons edifícios antigos, que aqui existiram, de harmonia com a importância que a cidade atingiu, e que, devido ao estado de degradação em que ficaram não foram, posteriormente, reconstruídos.

Um dos bons edifícios, gravemente danificado pelo fogo e que só foi reconstruído devido ao grande interesse que representava, não só para a cidade mas, também, para a província, foi a Sé, onde da construção primitiva só ficou de pé o pórtico de entrada e parte de duas capelas laterais e da fachada posterior.

Esta igreja, que teve a invocação de St.<sup>a</sup> Maria antes da transferência da Sé para Faro, como já se referiu, em nosso entender foi construída, totalmente, de raiz, depois de Faro ter sido tomada aos mouros por D. Afonso III, em 1249, e não resultou, simplesmente, da adaptação de uma antiga mesquita a templo cristão, como irreflectidamente se tem admitido, porquanto, se pode ver, nas partes do edifício que subsistiram ao incêndio, que o seu estilo é gótico-cristão e do mesmo tipo de que foi usado nos templos construídos no sul de Portugal após a reconquista, e que as siglas, por nós encontradas nas cantarias dessas partes primitivas, são características do medieval cristão e não árabe, e ainda porque, a confirmar esta mesma opinião, surgiu a descoberta recente de um documento onde se diz ser a construção da referida igreja iniciada por D. Afonso III, em 1251.

## — ASCENSÃO A CAPITAL DO ALGARVE

A máxima autoridade administrativa no Algarve foi, até há pouco tempo, o governador das forças militares aqui estacionadas, e é fácil de compreender, também, que a localidade, onde residia o referido governador, fosse para todos os efeitos considerada a capital da Província. Estes governadores militares tiveram a princípio o título de «Anadel», posteriormente de «Fronteiro-Mor» e, por último, de «Capitão General do Reino do Algarve».

Na altura em que D. Sancho I tomou a cidade de Silves e a fez capital das outras terras do Algarve, então conquistadas, deixou ali um governador militar com o título de Anadel. Posteriormente, quando a cidade foi reconquistada, no reinado de D. Sancho II, certamente, também, foi ali reinstalado o governo militar da Província, pois temos notícia que o mesmo foi mudado para Lagos no tempo de D. Fernando, após a acentuada decadência de Silves, a que já nos referimos.

Lagos transformou-se, assim e por algum tempo, virtualmente em capital do Reino do Algarve, até que D. Sebastião, em 1574, com o propósito de melhor poder arregimentar homens e preparar as suas malfadadas expedições ao norte de África, nomeou, com residência em Lagos, o primeiro Capitão General do Reino do Algarve, D. Diogo de Sousa, estabelecendo por esta forma e em definitivo a capital da Província em Lagos.

Aqui se mantém a capital por cerca de duzentos anos, até que, ficando Lagos completamente arrasada pelo grande terramoto de 1 de Novembro de 1755, esta foi mudada para Tavira, ao transferir para ali a residência o então, Capitão General do Reino do Algarve, D. Rodrigo de Noronha Meneses.

Lagos, por estar muito próximo do Cabo de S. Vicente, junto ao qual se supõe ter localizado o epicentro do sismo, foi a cidade do Algarve que mais sofreu, não só pelo terramoto em si, que no primeiro momento tudo partiu ou mesmo arrasou, mas também pelo maremoto que a seguir sobreveio formado por sucessivas ondas gigantescas que, galgando a falésia numa altura superior a dez metros, impetuosamente derrubaram as restantes construções, que, por serem suficientemente resistentes, tinham aguentado o abalo sísmico, tais como: a forte leza do Pinhão, o lado sul da muralha e o palácio do Governador.

Por outro lado, a escolha da localidade, que melhor servisse para capital, recaiu em Tavira, pelo simples facto de ser na altura uma das maiores praças militares, possuir um bom

porto e ter sido a cidade do Algarve que menos sofreu com o sismo, pois, tanto assim é, que nela persiste, ainda hoje, a maior percentagem de edifícios anteriores a 1755, com os seus telhados de «tesoura», vulgo «tesouro», que caracterizaram, também, a nossa construção tipo colonial, e que são, em nosso entender, de inspiração nitidamente oriental.

Faro, que ainda não estava suficientemente restabelecida das destruições sofridas pelo incêndio de 1596, foi de novo altamente flagelada com o terramoto de 1755, que lhe arrasou quase todos os edifícios, matou cerca de três centenas de habitantes, não se sabendo ao certo qual teria sido o número de feridos, o que a avaliar pelo número de mortos nunca poderia ter sido inferior a quinhentos ou a seiscentos.

Contudo, o sismo não teve ainda maiores consequências em Faro, pelo simples facto do maremoto não ter atingido a cidade com toda a sua impetuosidade, pois, ao embater na Ilha, espalhou-se sobre ela, diminuindo a altura da onda, o que motivou que não passasse grande quantidade de água para a Ria, e esta, por sua vez, estando, nesse momento, vazia, por ser baixa-mar, teve a possibilidade de absorver a maior parte da água, pelo que pouca transbordou para a cidade.

Não há descrição completa dos estragos causados nos principais edifícios, que existiam em Faro nessa data, sabendo-se apenas que a Sé não sofreu muito, pois teve só uma pequena parte do edifício gravemente afectada, que na igreja de S. Pedro apenas a torre ficou muito fendida, a qual veio a cair mais tarde com o grande ciclone de 13 de Janeiro de 1757, e que o Palácio Episcopal ficou de facto completamente arrasado, sendo, no entanto, de imediato reedificado com nova configuração, pelo bispo, D. Frei Lourenço de St.ª Maria, o qual aproveitou a oportunidade para comprar vários prédios, certamente, em ruínas, em frente da Sé e do Palácio, para ampliar o largo, que ficou mais ou menos com o tamanho que hoje tem.

A partir do terramoto de 1755 temos, como se disse, a capital do Algarve em Tavira, que, no entanto, não se mantém aí por muito tempo, pois o porto, que tinha sido um dos melhores do Algarve, a partir de certa altura começou a dificultar as relações comerciais com o exterior e a estorvar, de certo modo, o rápido desempenho administrativo e militar exigidos a uma capital, devido não só ao crescente assoreamento do rio, mas também ao facto dos navios terem, agora, maior calado, o que impedia o acesso por via marítima à cidade.

Em contrapartida, Faro apesar dos grandes reveses sofridos,

rapidamente se recompõe e se coloca como o principal centro comercial e piscatório do Algarve, devido ao seu bom porto, além do que estava, também, muito valorizada, pois, era cidade desde 1540 e sede do Bispado a partir de 1579.

Nesta vantajosa situação se encontrava Faro relativamente a Tavira quando se deu a primeira invasão francesa, o que ocasionou que o comandante da divisão espanhola, que ocupou o Algarve, em 22 de Janeiro de 1808, marquês de Campigny, instalasse em Faro a sede do governo da Província. Essa escolha foi mantida até ao final da ocupação pelo general Dupont, comandante das tropas francesas, que substituíram as espanholas, em 22 de Fevereiro do mesmo ano.

Expulsos os franceses, foi imediatamente nomeado, em 22 de Junho de 1808, interinamente, Governador Militar e Civil do Algarve, o bispo D. Francisco Gomes. Funções essas que desempenhou até falecer, em 15 de Dezembro de 1816, mantendo-se, portanto, a capital em Faro.

Por esta forma se foi pouco a pouco radicando o hábito de considerar Faro como capital do Algarve, até que por decreto de 28 de Junho de 1833 se oficializou de facto, criando-se a Prefeitura, chefiada por um Prefeito, residente em Faro, e que compreendia Faro, Lagos, Tavira, Beja e Ourique, sendo estas cidades chefiadas por um Sub-Prefeito, à excepção de Faro. Em cada concelho havia um Provedor, que tomava parte no executivo da administração desse concelho.

Decorrido pouco tempo, por decreto de 18 de Julho de 1835, reduziu-se o Algarve a Distrito, chefiado por um Governador Civil, residente em Faro, distrito esse que já não abrangia Beja e Ourique, confinando-se, portanto, aos actuais limites da Província.

Assim foi Faro guindada, por direito próprio e em definitivo, a capital, fechando desta forma sobre si mesma o ciclo das capitais do Algarve, que, tendo início, há cerca de dois mil anos, em Ossónoba, passou sucessivamente por Silves, Lagos e Tavira, e recaiu novamente em Faro, que substituiu Ossónoba após a sua decadência.